

Brasília-DF, 04 de setembro de 2026



Guiados pelo '01', bolsonaristas votaram contra descanso de 2 dias para trabalhador

Senadores Rogério Marinho (PL), Jaime Bagattoli (PL), Tereza Cristina (PP) e Hamilton Mourão (Republicanos) foram os únicos senadores a registrar voto contra a PEC que reduz a jornada e garante 2 dias de folga



A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (2), a PEC 221/19, que acaba com a escala 6x1, reduz a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, e garante 2 dias de descanso remunerado.

Dos 27 integrantes presentes, 23 apoiaram o relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM) e apenas 4 registraram voto contrário. Isto é, foram contrários aos trabalhadores.

Os 4 votos contra partiram dos senadores Rogério Marinho (PL-RN), Jaime Bagattoli (PL-RO), Tereza Cristina (PP-MS) e Hamilton Mourão (Republicanos-RS). A votação foi simbólica, razão pela qual os

demais votos favoráveis não foram registrados individualmente.

OS 4 CONTRA

O senador Rogério Marinho, líder da oposição no Senado, foi o principal articulador da resistência à proposta. Durante a sessão, argumentou que a redução da jornada poderia elevar custos, inflação, desemprego e informalidade.

Esse repertório de argumento remonta aos tempos do escravismo colonial, quando se debatia o fim da escravidão no Brasil.

Também tentou retirar a PEC da pauta para priorizar proposta de autoria dele, que cria regime alternativo à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e permite contratação por hora.

Os demais senadores que registraram voto contrário foram Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. O grupo representa, na CCJ, a posição mais explícita contra a adoção do modelo 5x2 previsto na PEC.

OS 23 A FAVOR

Foi votação acachapante à favor do relatório de Omar Aziz favorável à proposta: Eduardo Braga (MDB-AM), Renan Calheiros (MDB-AL), Jader Barbalho (MDB-PA), Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), Soraya Thronicke (PSB-MS), Professora Dorinha Seabra (União-TO), Styvenson Valentim (Podemos-RN), Oriovisto Guimarães (PSDB-PR), Jayme Campos (União-MT), Jorge Seif (PL-SC), Magno Malta (PL-ES), Dr. Hiran (PP-RR), Laércio Oliveira (PP-SE), Otto Alencar (PSD-BA), Omar Aziz (PSD-AM), Eliziane Gama (PSD-MA), Vanderlan Cardoso (PSD-GO), Rodrigo Pacheco (PSB-MG), Lourdinha Pereira (PSB-MA), Rogério Carvalho (PT-SE), Fabiano Contarato (PT-ES), Camilo Santana (PT-CE) e Weverton Rocha (PDT-MA).

Esta votação expressiva na comissão sinaliza o que pode ocorrer caso a proposta seja incluída na pauta do Plenário do Senado.

Chama atenção que Jorge Seif e Magno Malta, ambos do PL, ficaram do lado da aprovação, enquanto 4 integrantes da oposição registraram voto contrário. Portanto, a resistência não foi unânime nem mesmo entre os partidos que fazem oposição ao governo.

"2 DIAS DE DESCANSO"

A PEC prevê que, após a promulgação, a jornada caia inicialmente para 42 horas semanais e, 12 meses depois, para 40 horas. A regra também estabelece 2 dias de descanso por semana, um desses preferencialmente aos domingos, sem redução salarial.

Brasília-DF, 04 de setembro de 2026

Na prática, a proposta cria as bases constitucionais para a substituição da escala 6x1 pelo modelo 5x2, uma das principais reivindicações do movimento sindical e das organizações de trabalhadores e dos movimentos sociais.

AGORA É O PLENÁRIO

Com a aprovação na CCJ, a PEC está pronta para ser apreciada pelo plenário do Senado. A matéria precisará de 49 votos favoráveis, em 2 turnos, para ser aprovada.

A aprovação na comissão ocorreu depois de mais de 4 horas de debates e da tentativa da oposição de adiar a votação. O relator rejeitou as 36 emendas apresentadas e preservou integralmente o texto aprovado pela Câmara, em maio.

O resultado deixa registrado, portanto, o contraste político: enquanto 23 senadores da CCJ abriram caminho para 2 dias de descanso semanal, 4 senadores optaram por barrar a mudança; todos alinhados à oposição bolsonarista.

Fonte: Diap

Escala 6x1: 67% apontam que jornada piora saúde mental, diz pesquisa

Para 62%, rotina laboral atual prejudica saúde física do trabalhador



© Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Trabalhar seis dias seguidos e descansar apenas um proporciona piora da saúde mental para 67% dos brasileiros ouvidos por levantamento do Instituto Locomotiva, divulgado nesta terça (2). O possível fim da escala 6x1 está em tramitação avançada no Congresso.

A proposta de emenda à Constituição sobre o tema foi aprovada na tarde desta quarta-feira (2) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A pesquisa do Locomotiva apresenta também, por

exemplo, que a rotina laboral da escala 6x1 prejudica a saúde física para 62% das pessoas.

Segundo avaliou o presidente do instituto, Renato Meirelles, o levantamento aponta que o problema central para os brasileiros está no tamanho da vida que sobra depois do trabalho.

“A pesquisa mostra que a jornada pesa sobre dimensões fundamentais da qualidade de vida, como saúde mental, descanso, tempo com a família e relações pessoais”, destaca.

O levantamento foi feito em parceria com a QuestionPro entre os dias 2 e 8 de junho e ouviu 1.030 brasileiros em todas as regiões.

Menos sono e saúde

Ao todo, 69% entendem que o tempo com a família é prejudicado ao trabalhar seis dias seguidos e folgar um, e 61% dizem que o sono e o descanso são impactados. Inclusive, 71% dos brasileiros afirmam que a jornada dificulta a manutenção de hábitos saudáveis e 78% dizem que é difícil descansar de verdade trabalhando tanto tempo.

O sentimento de que vivem cada vez mais cansadas é citado por 83% das pessoas. O levantamento de quem atua na escala 6x1 é de sacrificar saúde e lazer em nome da renda para 85%. Entre as mulheres, o percentual chega a 89%.



Projeto

A PEC 221 de 2019, que tramita no Congresso Nacional, prevê a obrigatoriedade de descanso remunerado de dois dias por semana, sem diminuição salarial. A proposta reduz a atual jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, com uma regra de transição de 14 meses.

Nas discussões no Congresso, os parlamentares destacam que estudos sobre o fim da escala 6x1 divergem sobre os impactos para a inflação e o Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país).

Fonte: Agência Brasil

Brasília-DF, 04 de setembro de 2026

Lula diz que aliados de Flávio Bolsonaro barraram o fim da escala 6x1: "o Brasil testemunhou quem é quem"

Presidente afirma que adversários repetem discurso de que país "quebra" com novo direito trabalhista e defende um dia a mais de descanso sem redução salarial



Crédito: Ricardo Stuckert/Pr

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou nesta quinta-feira (3) a atuação da oposição no Congresso Nacional contra o avanço da PEC que propõe o fim da escala 6x1.

Em publicação no X, antigo Twitter, Lula afirmou que o Brasil "testemunhou, mais uma vez, quem é quem no Congresso Nacional" e acusou a oposição, segundo ele "capitaneada pelo coordenador da campanha do meu opositor nessa corrida presidencial", de atuar para impedir a tramitação da pauta no Senado.

"Enquanto tentávamos avançar com a PEC que acaba com a jornada 6x1 no Senado, a oposição, capitaneada pelo coordenador da campanha do meu opositor nessa corrida presidencial, atuava para impedir o avanço da pauta", escreveu o presidente.

A declaração ocorre após a tentativa de votação da proposta no Senado. Lula afirmou que a população precisa saber quais parlamentares estão defendendo a mudança e quais estão tentando barrá-la. A PEC é apresentada por seus defensores como uma medida para garantir mais tempo de descanso aos trabalhadores, sem redução de salário.

"É importante que o Brasil saiba quem está trabalhando para avançar com essa mudança e quem está tentando impedir uma conquista que pode garantir um dia a mais de descanso sem redução de salário", declarou.

Na publicação, Lula também rebateu o argumento de setores contrários à proposta de que a aprovação do fim da escala 6x1 poderia prejudicar a economia. O

presidente comparou a resistência atual a direitos trabalhistas já consolidados, como férias e 13º salário.

"As justificativas são as de sempre. Se a gente aprovar, o Brasil 'quebra'. Do mesmo jeito que ia 'quebrar' quando os trabalhadores conquistaram o direito às férias. Quando tiveram direito ao 13º. Uma história que se repete desde os tempos do fim da escravidão", afirmou.

Lula buscou vincular a discussão ao impacto da jornada sobre a vida cotidiana dos trabalhadores. Segundo ele, o que compromete a sociedade não é a ampliação de direitos, mas o desgaste físico, mental e familiar provocado pela rotina de trabalho exaustiva.

"O que quebra de verdade é a saúde mental do trabalhador com essa escala. O que quebra qualquer família é a sensação de não poder acompanhar os filhos crescerem. Viver para trabalhar, e não ter vida além do trabalho. Desmotiva. Mina a produtividade", escreveu.

O presidente também citou a sobrecarga enfrentada por trabalhadores que, mesmo após seis dias de expediente, utilizam o dia de folga para cumprir tarefas domésticas. Para Lula, esse grupo "já cansou de esperar" por uma mudança na legislação.

"Os brasileiros e brasileiras que trabalham seis dias por semana e, muitas vezes, dedicam o sétimo aos afazeres domésticos, já cansaram de esperar. Estamos com vocês. Seguimos mobilizados. Pelo fim da escala 6x1!", concluiu.

Fonte: Brasil247

Câmara aprova MP que acaba com a "taxa das blusinhas"; texto vai ao Senado



Deputados na sessão do Plenário desta quinta-feira

A Câmara dos Deputados concluiu a votação da Medida Provisória 1357/26, que permite zerar o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até 50 dólares. Por tratar de compras de pequeno valor, a cobrança do tributo ficou popularmente conhecida como "taxa das blusinhas". A MP segue agora para análise no Senado.

O texto aprovado permite que o Ministério da Fazenda reduza a alíquota do tributo, inclusive a zero, para remessas postais internacionais de até 50 dólares. Para valores superiores, até o limite de 3 mil dólares,

Brasília-DF, 04 de setembro de 2026

a alíquota poderá ser reduzida dos atuais 60% para até 30%.

A MP foi aprovada na forma do projeto de lei de conversão da relatora na comissão mista, senadora Leila Barros (PDT-DF), que acolheu parte das emendas apresentadas por deputados e senadores e ainda sugestões de diferentes setores da economia.

Fonte: Agência Câmara

Câmara aprova adesão do Brasil a acordo para eliminar violência e assédio no trabalho

Convenção da OIT foi aprovada pelos deputados e segue para análise do Senado

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (10) a ratificação de convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para eliminar a violência e o assédio no mundo do trabalho. O texto consta do Projeto de Decreto Legislativo 997/26 e segue para análise do Senado.

A aprovação foi recomendada pela relatora, deputada Benedita da Silva (PT-RJ). "A persistência de casos de assédio moral, assédio sexual e outras formas de violência no ambiente laboral demonstra a necessidade de fortalecimento das políticas de prevenção, acolhimento das vítimas e responsabilização dos agressores", defendeu.

Benedita da Silva acredita que a promoção de um ambiente de trabalho livre de violência e assédio também trará benefícios econômicos. "A redução de afastamentos por adoecimento, a melhoria do clima organizacional, o aumento da produtividade e a diminuição da rotatividade da mão de obra evidenciam que a prevenção da violência no trabalho constitui medida socialmente justa e economicamente racional", afirmou.

Assédio

A convenção define a violência e o assédio no mundo do trabalho como "um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou ameaças de tais comportamentos e práticas, quer se manifestem uma vez ou repetidamente, que tenham por objeto, causem ou sejam suscetíveis de causar danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos, incluindo violência e assédio de gênero".

Os países que assinarem a convenção devem adotar legislação e políticas públicas que garantam o direito à igualdade e à não discriminação no emprego e na ocupação.

As regras devem valer para todas as pessoas

envolvidas no mundo laboral, como empregados, trabalhadores autônomos, estagiários, aprendizes, voluntários, trabalhadores despedidos, candidatos a emprego, trabalhadores que exercem cargos de chefia e gestão. Também valerão para os setores público e privado, para a economia formal e informal e para as zonas urbanas e rurais.

Ações na Justiça

A Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego, nos estudos acerca da ratificação da convenção, registrou 5.933 demandas sobre práticas discriminatórias entre 2014 e 2021.

Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) apontam que, entre janeiro de 2015 e janeiro de 2021, aproximadamente 26 mil pessoas ingressaram com ações na Justiça por conta do assédio sexual no ambiente de trabalho.

Fonte: Agência Câmara

PLENÁRIA NACIONAL CNTI 80 ANOS



UNIDOS NA LUTA, PRESENTES NO FUTURO.

 **14 a 18 de SETEMBRO de 2026**

 **Local:**
CTE - CENTRO TÉCNICO EDUCACIONAL DA CNTI

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
JOSÉ CALIXTO RAMOS**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA